

## 16º COLE / Seminário 4

### VII ENCONTRO SOBRE LEITURA E ESCRITA EM SOCIEDADES INDÍGENAS

Coordenadores: Wilmar da Rocha D'Angelis (KAMURI<sup>1</sup>; IEL-UNICAMP)  
André Ramos (FUNAI- Fundação Nacional do Índio)

#### Um evento com tradição

O Seminário 4 do 16º COLE constituiu a sétima edição do Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas, evento criado no próprio COLE, em 1995. Desde então, tem sido o único evento periódico aberto, de âmbito nacional, a refletir os problemas da educação escolar indígena no Brasil. Nele se encontram intelectuais indígenas e não indígenas, professores de escolas indígenas, pedagogos, lingüistas, antropólogos, lingüistas aplicados, historiadores, indigenistas, estudantes e tantos outros envolvidos direta ou indiretamente com programas de educação escolar ou de formação de professores índios.

Como resultado, suas reflexões têm contribuído para o avanço e a melhoria das experiências nesse campo por todo o Brasil, têm influenciado na definição de políticas públicas para o setor, e o evento tem dado à luz quatro livros valiosos sobre o tema:

- *Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas* (1997)
- *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola* (1999)
- *Escola indígena, identidade étnica e autonomia* (2001)
- *Desafios atuais da Educação Escolar Indígena* (2005).

Tivemos, nesse VII ELESI (Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas), pouco mais de 100 inscritos, mas uma participação média de perto de 120 pessoas. Desse total, pouco mais de 40 eram professores indígenas, de Estados tão distantes entre si como Roraima e Rio Grande do Sul; Pernambuco e Mato Grosso; Pará e Mato Grosso do Sul; Amazonas e Missiones (Argentina). E, entre os indígenas: um membro do Conselho Municipal de Educação de Autazes (AM), um membro do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas, um Coordenador de Área Pólo de Formação da SEDUC-AM, seis coordenadores de organizações de professores indígenas, uma responsável regional do Setor de Educação da FUNAI e um administrador regional da FUNAI.

#### Motivação

Ao eleger os temas para discussão nessa sétima edição do ELESI, os coordenadores avaliaram a conjuntura da educação escolar indígena (inclusive, a partir do livro resultante do Encontro anterior e das avaliações e propostas surgidas naquele encontro) e concluíram que era necessário ‘sacudir’ as certezas estabelecidas e uma certa rotina que se estabeleceu nesse campo.

Chamaram, então, a atenção para o fato de que os povos indígenas experimentam, nos últimos anos, um processo de massificação da oferta de ensino escolar, que advém de uma soma de fatores: intensificação do contato e das relações econômicas e interculturais das comunidades indígenas em relação à sociedade envolvente; disponibilização de recursos oficiais e de agências internacionais para Estados e ONGs; adoção dos índios como protótipo da chamada “diversidade” regional, nos Estados; criação de cargos e salários nas aldeias, em razão da oferta de escola.

<sup>1</sup> Kamuri - Núcleo de Cultura, Educação, Etnodesenvolvimento e Ação Ambiental.

Dada a rapidez dos processos, os distintos interesses envolvidos (de índios e não-índios, e nos dois casos, projetos ou conjuntos de interesses variados) e a falta de quadros profissionais capacitados para o campo da educação escolar indígena (seja nas Secretarias de Estado ou Municipais, seja nas Universidades), os resultados não têm sido, em grande parte, efetivamente bem sucedidos, quando avaliados da ótica do respeito à cultura indígena e da construção de projetos educacionais próprios adequados às circunstâncias e necessidades específicas de cada povo ou comunidade indígena. Isso parecia exigir o desarme dessa armadilha inquestionada (como escreveu o poeta: “Há muitas armadilhas no mundo e é preciso quebrá-las” - Ferreira Gullar). Quando, no campo da educação escolar indígena se multiplicam os eventos e divulgações ufanistas das realizações quantitativas, pareceu ser o momento de retomar as questões principais e permanentes: afinal, povos indígenas querem escola para quê? com que perfil?

### **Síntese e avaliação**

O Encontro transcorreu com a realização de 3 mesas redondas, uma conferência e duas sessões de comunicações, com três salas a cada vez, para um total de 42 comunicações.

Os pontos altos do eventos, como esperado, foram as mesas redondas e a conferência, e pelo menos duas das salas de Comunicações (uma em cada uma das sessões), pela importância dos temas e pela qualidade dos comunicadores.

Uma característica desse evento é que as mesas redondas sempre contam com participação de intelectuais índios e não-índios e, com freqüência, os expositores índios não preparam sua apresentação por escrito antecipadamente. Isso exige que o registro do encontro seja feito pela transcrição das fitas gravadas, mas com freqüência resulta em maior interação e diálogo entre as diferentes exposições em uma mesma mesa.

Das mesas redondas, uma tematizou a situação da juventude indígena, com grande impacto nos educadores presentes, índios e não-índios. A segunda tematizou a relação entre escola e projeto de sociedade no ensino fundamental, colocando-se a questão: *Alfabetização ou letramento?* A terceira mesa redonda, por fim, discutiu Ensino Médio e alternativas de Economia Sustentável, gerando igualmente grande interesse e participação nos debates.

Avaliamos que os temas propostos correspondiam, efetivamente, às preocupações e interesses dos envolvidos nesse campo, razão porque a participação foi grande na programação e nos debates. Concluímos, por isso, pelo valor e necessidade de produzir, a partir das falas e apresentações no evento, um livro que reúna as principais contribuições, de modo a multiplicar o alcance desses debates.

Outrossim, avaliamos (como previamente já o havíamos feito á Coordenação do COLE), que se justifica fortemente uma mínima seleção prévia dos trabalhos inscritos, devido á exigüidade do tempo para apresentações e, também, devido à efetiva baixa qualidade de alguns deles.

### **Conclusões**

O Encontro não limitou-se aos horários programados de mesas, conferência e sessões de comunicação, mas, como sempre, constituiu-se em espaço e oportunidade privilegiada de encontro, discussão e articulação de professores indígenas de todo o país em torno dos problemas que os preocupam. Em razão disso, os participantes indígenas, reunindo-se em momentos próprios, deliberaram produzir um documento final do Encontro, manifestando suas preocupações e anseios. Disso resultou o documento seguinte:

## **VII ENCONTRO SOBRE LEITURA E ESCRITA EM SOCIEDADES INDÍGENAS** **DOCUMENTO FINAL**

Nós, professores e lideranças indígenas de 26 povos reunidos no período de 09 a 13 de julho, durante o VII Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas, evento que faz parte da programação do 16º Congresso de Leitura do Brasil, além de participarmos das diferentes sessões do encontro onde foram apresentados trabalhos acadêmicos e discutidas questões fundamentais sobre letramento, práticas pedagógicas e outros assuntos referentes à educação escolar indígena, manifestamos em todo o decorrer do evento nossas preocupações quanto ás políticas públicas do Governo Federal, Estadual e Municipal, em relação à garantia dos nossos direitos previstos na Constituição Federal e na legislação específica.

Considerando os debates e depoimentos registrados no decorrer do VII ELESI, onde se constatou que os problemas relacionados à educação escolar indígena a cada dia que passa se avolumam em todas as regiões do país, e as medidas e providências adotadas por parte das autoridades responsáveis não atendem às necessidades das comunidades e não honram compromissos assumidos, sejam na legislação em vigor, seja em decisões acordadas com o movimento social dos povos indígenas. Considerando que, em vários lugares do Brasil, se observa que vêm se mantendo de forma deliberada práticas retrógradas no que diz respeito ao funcionamento das escolas indígenas que se encontram cada vez mais aprisionadas às normas e diretrizes de um sistema de ensino colonizador e desrespeitador dos valores, da capacidade de participação e protagonismo, e dos processos de aprendizagem próprios de nossos povos, a exemplo da permanência de professores não-índios, sem qualificação, lecionando mesmo nas chamadas séries iniciais do Ensino Fundamental, fato este que contraria qualquer concepção séria de letramento e de projeto de escolarização de acordo com os princípios do respeito á diferença e à diversidade, vimos através desse documento, reivindicar mais uma vez:

1. Que o Governo Brasileiro convoque e viabilize meios para a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, e das conferências regionais preparatórias, conforme foi deliberado durante a reunião da Comissão Nacional realizada em São Gabriel da Cachoeira, em abril de 2007.

2. Que sejam feitas gestões no sentido de garantir o direito aos jovens e adultos indígenas ao acesso ao Ensino Médio integrado, à formação profissional, de acordo com o projeto societário de cada povo, e que sejam respeitados pelos Conselhos Estaduais de Educação e pelas Secretarias, na análise, aprovação e implementação dos projetos, não apenas a legislação que diz respeito a essa modalidade de ensino mas, prioritariamente, a legislação referente à educação escolar indígena já amplamente conhecida.

3. Que seja criada efetivamente uma política destinada a garantir o acesso dos indígenas e a manutenção destes no Ensino Superior, com atenção especial para a realização de cursos de Licenciaturas Indígenas e cursos superiores voltados para a melhoria da qualidade de vida, para a saúde e para as práticas de sustentabilidade econômica, ambiental e cultural.

4. Que a crescente implantação da Educação Infantil nas comunidades indígenas seja objeto de ampla discussão, condicionando a sua execução às especificidades sócio-culturais e à concordância de cada povo, não ficando á mercê dos interesses e das decisões dos poderes públicos.

5. Que sejam viabilizados meios que contribuam para o fortalecimento do controle social das comunidades indígenas sobre as políticas públicas no campo da educação.

6. Que a educação escolar indígena, pelas suas especificidades amplamente estudadas e discutidas, e devido à perpetuação da incompatibilidade conceitual, política e gerencial-administrativa com os sistemas estaduais e municipais de educação, passe a compor um Sistema Federal de Educação.

Campinas, 13 de julho de 2007